



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo Regimental Nº: 0205.731-4/01

Agravante(s): Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER-PE
Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Agravado(s): Juciê Pereira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. GRATIFICAÇÃO. QUINQUÊNIOS. CÓDIGOS 200 E 204. CÁLCULOS DO CONTADOR. MANDADO DE IMPLANTAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS. DESCUMPRIMENTO. QUESTÕES OBJETO DE DECISÕES ANTERIORES. PRECLUSÃO. CÓDIGO 204. ESTABILIDADE FINANCEIRA. LEI COMPLEMENTAR Nº 13/95. EXORBITÂNCIA DO CÁLCULO. AUSÊNCIA DE PROVA. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Da análise do acompanhamento processual do feito originário constante do sistema Judwin de processamento de dados, infere-se que, tendo o ora agravado impetrado mandado de segurança contra o DER-PE e a FUNAPE, foi-lhe concedida a segurança, para fins de reconhecimento do seu direito líquido e certo de receber a gratificação de representação do cargo em comissão a que faz jus, em valores correspondentes aos novos símbolos de vencimentos atribuídos pela Lei nº 11.200/95, ou seja da simbologia CC-3 para CCS-3, bem como para que fosse restaurado o pagamento da gratificação de localização de 70%, com a reposição dos 35% do adicional da estabilidade e os quinquênios, a partir da data da impetração. Interposta apelação em face da referida sentença, a Sétima Câmara deu-lhe provimento parcial, no sentido de desvincular a parcela de estabilidade financeira da gratificação que a originou, bem como fazendo incidir os quinquênios somente sobre o vencimento-base, ao revés do que determinou a sentença vergastada, mantendo o *decisum* concessivo da segurança nos seus demais termos.

2. Transitado em julgado o acórdão do apelo em questão, o agravado promoveu sua execução, apresentando planilha de cálculos, tendo sido expedido mandado de execução da obrigação de fazer. Decorrido o prazo concedido aos executados e informado pelo exeqüente a ausência de cumprimento do julgado, o Magistrado *a quo* determinou a remessa dos autos ao Contador do Juízo e, posteriormente, reconheceu o acerto dos cálculos apresentados pelo exeqüente/agravado, ao que se seguiu a expedição de mandado de implantação imediata dos valores devidos ao exeqüente.

3. Desde a prolação do referido provimento, em dezembro de 2006, o Magistrado *a quo* já explicitara que o código 200, rubrica pertinente ao vencimento básico do agravado, deveria ter o valor de R\$1.992,48 (mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), sendo certo que, não tendo o DER-PE e a FUNAPE ofertado insurgência contra tal *decisum*, não há razão para os agravantes, no bojo do presente agravo de instrumento, que tem por objeto decisão que sequer faz alusão ao montante do vencimento base do recorrido, trazer à lume a discussão sobre tal matéria. Cumpre notar que, em janeiro de 2007, por seu turno, o Magistrado de piso, mais uma vez instado pelo exeqüente,



12

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

inconformado com a renitência do Estado em dar cumprimento integral ao acórdão transitado em julgado em seu favor, determinou a renovação do mandado de cumprimento de obrigação de fazer, desta feita sob pena de prisão, ressaltando que o código 204, rubrica pertinente à estabilidade financeira, deveria corresponder ao montante de R\$ 2.722,44 (dois mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos).

4. Em março de 2007, o MM. Juiz *a quo*, após análise do conjunto probatório que lhe foi sujeito à análise, constatou que apenas o código 204 (estabilidade financeira) teve seus valores corrigidos a partir de junho de 2006, estando os valores das parcelas relativas às rubricas dos códigos 200 (vencimento básico) e 203 (quinqüênios) defasados, razão pela qual determinou aos executados/agravantes que promovessem a implantação nos proventos do exeqüente do valor do código 200 correspondente a R\$1.992,48 (mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) e do valor do código 203 correspondente a R\$ 498,12 (quatrocentos e noventa e oito reais e doze centavos), montante este que, posteriormente, em nova decisão exarada em outubro de 2007, justificou como sendo decorrente do fato de que o exeqüente/agravado fazia jus a cinco quinqüênios e não a quatro, como equivocadamente entendia a FUNAPE.

5. O juiz de 1ª Instância já se pronunciara sobre os valores dos códigos 200, 203 e 204, assim como sobre a quantidade de quinqüênios a que o exeqüente/agravado faz jus, não sendo dado aos agravantes, desta feita, quando se submete à revisão do Juízo *ad quem* decisão de conteúdo diverso e exarada em momento posterior (novembro de 2009), discutir o acerto ou desacerto de tais valores, porquanto sobre tal matéria, ante a ausência de interposição de recurso apropriado, incidiu a preclusão. Considerando os novos apelos do exequente em recorrer ao Magistrado *a quo* visando à percepção dos seus proventos de aposentadoria no montante que entendia devido, foi exarada nova decisão, em fevereiro de 2008, que impôs à FUNAPE o pagamento da rubrica pertinente ao código 204, no valor atualizado, no período que medeia o ajuizamento da execução, em setembro de 2006, e janeiro de 2007. Desta decisão foi interposto agravo de instrumento (tombado sob o número 167.779-8, distribuído para a Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello). pelos executados, ao qual negou-se provimento, mantida a integralidade de seus termos, tendo a Douta Oitava Câmara desta Corte repellido o recurso do DER-PE e da FUNAPE ao argumento de que *"os agravantes pretendiam desconstituir o conteúdo material de decisões anteriores, já preclusas, porquanto não impugnadas na época e na forma processual própria."*, atitude este que, consoante já demonstrado foi perpetuada na presente demanda.

6. Em novembro de 2009, **enfim**, foi proferida a decisão objeto da presente insurgência, através da qual o MM. Juiz de 1º Grau determinou à FUNAPE a retificação do valor do código 204, de modo a fazer constar o montante de R\$4.615,55 (quatro mil, seiscentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos), a partir de setembro de 2006, bem como impôs que se promovesse o pagamento das diferenças apuradas em decorrência do erro cometido, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso. Frise-se que o Magistrado, ao exarar o *decisum* agravado, fê-lo com fundamento na Lei Complementar nº 13/95, mais precisamente no seu artigo 6º que dispõe, *in verbis*, que *"o adicional de estabilidade financeira percebido por servidores ativos e inativos constitui-se em parcela autônoma incorporada a remuneração do servidor, devendo ser expressa*



13

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

em código próprio e convertida monetariamente, pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994.” e não aos valores correspondentes a novembro de 1994, como equivocadamente calculado pela FUNAPE.

7. Os agravantes, advirta-se, não obstante aleguem que o montante de R\$ 4.615,55 (quatro mil, seiscentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos) foi exorbitante, não produziram prova nesse sentido, tampouco teceram argumentos hábeis a afastar a aplicabilidade ao caso em epígrafe do referido artigo 6º da LC nº 13/95 e os cálculos elaborados pelo exeqüente/agravado por ocasião da formulação do pedido de correção do valor que lhe vinha sendo pago relativamente ao código 204 (fl. 89 dos autos em apenso).

8. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0205.731-4/01, em que figuram, como Agravante, o Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER-PE e outro e, como agravado, Juciê Pereira, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Agravo Regimental em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de Março de 2012.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo Regimental Nº: 0205.731-4/01

Agravante(s): Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER-PE

Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Agravado(s): Juciê Pereira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER-PE e outro em face de Juciê Pereira, impugnando decisão interlocutória proferida por esta Relatoria no bojo do Agravo de Instrumento nº 0205.731-4.

A decisão impugnada (fls. 126/133 dos autos em apenso) indeferiu o efeito suspensivo ao agravo de instrumento em apenso.

Reiterando os argumentos deduzidos na exordial do agravo de instrumento, asseveram:

1) Que a decisão recorrida atenta contra os limites delineados em acórdão transitado em julgado deste TJPE que, em sede de apelação (nº 93.149-1) da sentença que concedeu a segurança em favor do ora agravado, assegurou-lhe a restituição dos valores relativos à gratificação de localização e a reposição da supressão de 35% da parcela de estabilidade financeira;

2) Que não se conformam com a decisão objeto de insurgência no agravo de instrumento em apenso, porquanto manifestamente lesiva às finanças públicas, eis que estão obrigados a pagar, mensalmente, os proventos de aposentadoria do agravado de forma diversa da que foi determinada no referido julgado;

3) Que a reposição do percentual de 35%(trinta e cinco por cento), determinada no julgado em apreço, refere-se à redução da parcela da estabilidade financeira do valor de R\$489,33 (quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos) para R\$362,47 (trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos), operada entre janeiro e fevereiro de 2000, consistindo tal reposição no retorno ao pagamento do valor de R\$489,33 (quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos);

4) Que a restauração do pagamento da gratificação de localização de 70% (setenta por cento) deve ser procedida sobre o vencimento base;

5) Que o exeqüente se aposentou com tempo de serviço proporcional, devendo, por isso, os seus proventos corresponder a 30/35 avos da atividade, de modo que, a partir de março de 2007, o valor do vencimento base que a ele vem sendo pago (R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

1.992,48 – mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) está em total dissonância ao que foi determinado no julgado exequendo transitado em julgado;

6) Que o exequente é titular do direito a quatro quinquênios e não a cinco, como vem sendo irregularmente pago pela FUNAPE;

7) Que o exequente vem percebendo valores muitíssimo acima do devido e, mesmo assim, não se conforma e continua objetivando majorar seus proventos indevidamente e ao arrepio do acórdão transitado em julgado a seu favor.

Ao final, pugnam pela reconsideração da decisão requestada ou, acaso assim não entenda esta Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara, para que, ao seu cabo, seja-lhe dado provimento, para deferir efeito suspensivo ao agravo de instrumento em apenso.

É o que de importante se tem a relatar.

VOTO

Para melhor resolução da presente lide, mister se faz que procedamos a uma retrospectiva dos fatos.

Da análise do acompanhamento processual do feito originário constante do sistema Judwin de processamento de dados, infere-se que, tendo o ora agravado impetrado mandado de segurança contra o DER-PE e a FUNAPE, foi-lhe concedida a segurança, para fins de reconhecimento do seu direito líquido e certo de receber a gratificação de representação do cargo em comissão a que faz jus, em valores correspondentes aos novos símbolos de vencimentos atribuídos pela Lei nº 11.200/95, ou seja da simbologia CC-3 para CCS-3, bem como para que fosse restaurado o pagamento da gratificação de localização de 70%, com a reposição dos 35% do adicional da estabilidade e os quinquênios, a partir da data da impetração.

Interposta apelação em face da referida sentença, a Sétima Câmara deu-lhe provimento parcial, no sentido de desvincular a parcela de estabilidade financeira da gratificação que a originou, bem como fazendo incidir os quinquênios somente sobre o vencimento-base, ao revés do que determinou a sentença vergastada, mantendo o *decisum* concessivo da segurança nos seus demais termos.

Transitado em julgado o acórdão do apelo em questão, o agravado promoveu sua execução, apresentando planilha de cálculos, tendo sido expedido mandado de execução da obrigação de fazer.

Decorrido o prazo concedido aos executados e informado pelo exequente a ausência de cumprimento do julgado, o Magistrado *a quo* determinou a remessa dos



16

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

autos ao Contador do Juízo e, posteriormente, reconheceu o acerto dos cálculos apresentados pelo exeqüente/agravado, ao que se seguiu a expedição de mandado de implantação imediata dos valores devidos ao exeqüente. É o que se infere da literalidade da decisão infratranscrita:

"JUCIÊ PEREIRA requereu a execução do julgado de modo a que se determinasse a atualização de seus proventos, conforme os códigos que indica (fls. 279/280), apresentando os cálculos de fls. 281. Expedido o mandado de execução da obrigação de fazer, certificou a secretaria o decurso de prazo, ao tempo em que o exeqüente atravessou a petição de fls. 303/304, informando não haver sido cumprida a obrigação. Encaminhado os autos ao contador, resultou a cálculo de fls 313. Observo que à vista da sentença e do acórdão que a revisou o cálculo apresentado pelo Sr. Contador acabou por reincluir como parcela autônoma a gratificação de localização criada pela Lei nº 10.784/92 e estendida aos servidores do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco, cujo quadro funcional o autor integrava, por meio da Lei nº 11.030/94. De fato, ficou reconhecido na sentença de 1º grau (fls. 92/94) ter sido a referida gratificação de localização incorporada aos vencimentos para todos os efeitos legais por força da Lei 11.216/95, que a extinguiu, a tanto que a ela não se relaciona um código financeiro. No julgamento da apelação, conforme se extrai do voto do eminente relator, foi reconhecido que o ato administrativo em relação ao exeqüente ferira o princípio da irredutibilidade de vencimentos, sendo tido como ilegal a subtração da mencionada gratificação, mantendo a sentença com a reforma tão somente no sentido de não vincular a estabilidade à gratificação que lhe deu causa, calculando os quinquênios tão somente ao vencimento base. Em consequência, reconheço o acerto do cálculo apresentado pelo exeqüente, de modo que o vencimento básico correspondente ao "Código 200" deve estar composto com o valor correspondente da gratificação de localização resultando para o mês de junho de 2006 o "Código 200" - vencimentos no valor de R\$ 1.992,48 e, para todos os efeitos, sobre ele incidindo o "Código 203", correspondente aos quinquênios e o "Código 204", correspondente à parcela autônoma de estabilidade financeira. Posto isto, determino a expedição de mandado para que a fonte pagadora implante imediatamente os valores devidos ao exeqüente, com advertência de que o descumprimento poderá acarretar consequências de ordem civil, administrativa e penal sujeitando o infrator a ser conduzido preso em flagrante delito. Recife, 06 de dezembro de 2006. JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA. Juiz de Direito."

Destaque-se que, desde a prolação do referido provimento, em dezembro de 2006, o Magistrado *a quo* já explicitara que o código 200, rubrica pertinente ao vencimento básico do agravado, deveria ter o valor de R\$1.992,48 (mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), sendo certo que, não tendo o DER-PE e a FUNAPE ofertado insurgência contra tal *decisum*, não há razão para os agravantes, no bojo do presente agravo de instrumento, que tem por objeto decisão que sequer faz alusão ao montante do vencimento base do recorrido, trazer à lume a discussão sobre tal matéria.

Cumpre notar que, em janeiro de 2007, por seu turno, o Magistrado de piso, mais uma vez instado pelo exeqüente, inconformado com a renitência do Estado em dar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

cumprimento integral ao acórdão transitado em julgado em seu favor, determinou a renovação do mandado de cumprimento de obrigação de fazer, desta feita sob pena de prisão, ressaltando que o código 204, rubrica pertinente à estabilidade financeira, deveria corresponder ao montante de R\$ 2.722,44 (dois mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos). Leia-se:

*"Expedido mandado de execução de obrigação de fazer às fls. 300 em face da execução aparelhada por JUCIE PEREIRA, às fls. 279/292 decorreu o prazo sem, que tivessem sido opostos quaisquer embargos, conforme certidão de fls. 310, vindo o despacho de fls. 315 reconhecer a regularidade dos cálculos do exeqüente. Mais uma vez expedido mandado de execução de obrigação de fazer, com base ainda no despacho de fls. 315 (fls. 318), o DER informou haver cumprido a ordem desde setembro de 2006, juntando documentos. O exeqüente, tomando conhecimento da manifestação da autarquia atravessou a petição de fls. 328 para informar que não houve cumprimento da decisão judicial ao tempo em que pede providências em relação ao descumprimento. É de se observar que o não atendimento à decisão judicial implica a possibilidade de incidência dos crimes de desobediência (art. 330 do CP) e prevaricação (art. 319 do CP), podendo ensejar tanto repercussão administrativa a caracterizar improbidade, nos termos da Lei nº 8.429/92. **Posto isso, determino a expedição de mandado ao Diretor Geral do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DE PERNAMBUCO – DER para que promova imediatamente o cumprimento da decisão judicial e informe a este juízo, no prazo de 24 horas, sob pena de não o fazendo, ser conduzido preso em flagrante delito à autoridade policial para os procedimentos de estilo. Requisito para isto a força policial a ser utilizada pelos Senhores Oficiais de Justiça, se necessária, em não adotando a autoridade apontada as providências para cumprimento da decisão. Deverão os Senhores Oficiais de Justiça aguardar o prazo de 24 horas para que a autoridade intimada proceda com a execução do cumprimento e, não o fazendo, conduza-a presa. Faça constar do mandado o inteiro teor da decisão de fls. 315, ressaltando que o Código 204 corresponde ao valor de R\$ 2.722,44, como se vê às fls. 281 in fine. Intime-se. Cumpra-se. Recife, 29 de janeiro de 2007.**"*

Sucessivamente, em março de 2007, o MM. Juiz *a quo*, após análise do conjunto probatório que lhe foi sujeito à análise, constatou que apenas o código 204 (estabilidade financeira) teve seus valores corrigidos a partir de junho de 2006, estando os valores das parcelas relativas às rubricas dos códigos 200 (vencimento básico) e 203 (quinqüênios) defasados, razão pela qual determinou aos executados/agravantes que promovessem a implantação nos proventos do exeqüente do valor do código 200 correspondente a R\$1.992,48 (mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) e do valor do código 203 correspondente a R\$ 498,12 (quatrocentos e noventa e oito reais e doze centavos), montante este que, posteriormente, em nova decisão exarada em outubro de 2007, justificou como sendo decorrente do fato de que o exeqüente/agravado fazia jus a cinco quinqüênios e não a quatro, como equivocadamente entendia a FUNAPE. Vejamos:

"(...) Verifico constar dos demonstrativos de pagamento relativos ao mês de janeiro e fevereiro de 2007 o vencimento base no valor de R\$ 1.172,05, como consta da planilha apresentada pelo exeqüente em relação ao valor a ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

atualizado em 70% da Gratificação de localização. De fato, o código 200, a partir de junho de 2006, como dito, é de R\$ 1.992,48, sobre o qual deverá incidir 25% correspondente ao cinco quinquênios para obtenção do valor do adicional por tempo de serviço (quinquênios), de sorte que o código 203 resulta em R\$ 498,12. Assim, em que pese ter sido atualizada a parcela correspondente ao código 204, como demonstra o ofício do Diretor Presidente da FUNAPE, não foram atualizados os códigos 200 e 203, ao quais devem corresponder aos respectivos valores acima destacados desde junho de 2006, devendo a autoridade administrativa providenciar também o adimplemento dos valores apurados desde setembro de 2006, independentemente de inscrição no sistema de precatório, por se tratar de créditos gerados a partir da execução, cujo mandado foi recebido na repartição estatal no início do mês de agosto de 2006. Posto isto, determino a expedição de mandado de cumprimento ao Senhor Diretor Presidente da FUNAPE para que implante nos proventos do exequente o valor do "código 200 - vencimento - correspondente a R\$ 1.992,48, e o código 203 - quinquênios - correspondente ao valor de R\$ 498,12, apurando e pagando as diferenças a partir da execução da obrigação de fazer, ou seja do mês de setembro de 2006, sem prejuízo dos valores anteriores que poderão ser cobrados em ação de execução por quantia certa. Dada a resistência com que tem sido tratado o cumprimento da decisão judicial em epígrafe, assino o prazo de 48 horas para as providências atinentes à autoridade administrativa, determinando ao Sr Oficial de Justiça que em caso de descumprimento, adote providências no sentido de conduzir preso o infrator nos termos da legislação penal e processual penal. Requisito desde já a força policial a ser empregada se necessário. Intime-se. Recife, 05 de março de 2007. JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA. Juiz de Direito."

"A exposição de fls. 447 partiu da premissa de que o exequente percebe quatro quinquênios, quando, na realidade, lhe são pagos cinco quinquênios. Assim, determino que se expeça mandado de cumprimento conforme requerido às fls. 452/453, fazendo constar do respectivo instrumento os códigos e respectivos valores ali indicados, porquanto se encontram em consonância com as decisões prolatadas às fls. 358/359 e 418. Para a hipótese de descumprimento, fixo a multa diária de R\$ 1.000,00 em favor do exequente. Recife, 05 de outubro de 2007. JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA. Juiz de Direito."

Da literalidade das decisões transcritas, mais uma vez se infere que o juiz de 1ª Instância já se pronunciara sobre os valores dos códigos 200, 203 e 204, assim como sobre a quantidade de quinquênios a que o exequente/agravado faz jus, não sendo dado aos agravantes, desta feita, quando se submete à revisão do Juízo *ad quem* decisão de conteúdo diverso e exarada em momento posterior (novembro de 2009), discutir o acerto ou desacerto de tais valores, porquanto sobre tal matéria, ante a ausência de interposição de recurso apropriado, incidiu a preclusão.

Considerando os novos apelos do exequente em recorrer ao Magistrado *a quo* visando à percepção dos seus proventos de aposentadoria no montante que entendia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

devido, foi exarada nova decisão, em fevereiro de 2008, que impôs à FUNAPE o pagamento da rubrica pertinente ao código 204, no valor atualizado, no período que medeia o ajuizamento da execução, em setembro de 2006, e janeiro de 2007:

"Em despacho à fls. 338, foi determinado por este juízo o cumprimento da decisão judicial no respeitante ao código 204, com o valor de R\$ 2.722,44, fazendo alusão a decisão adotada às fls. 315. Às fls. 358/359, este juízo se pronunciou mais uma vez determinando, ao fim, a expedição de mandando de cumprimento para que o Diretor Presidente da FUNAPE implantasse nos proventos do exeqüente da obrigação de fazer as parcelas que lhe eram devidas, deixando assente que deveriam ser imediatamente pagas a partir do mês de setembro de 2006, sem prejuízo das parcelas anteriores que poderiam ser objeto de execução por quantia certa. Decorrido esse tempo, vem o interessado noticiar que o código 204 somente foi atualizado em fevereiro de 2007, restando em aberto o período que medeia setembro de 2006 a janeiro de 2007. Quero crer que o Senhor Presidente da FUNAPE não tenha deixado de agir por conveniência própria ou insurgência à decisão judicial, razão pela qual determino a expedição de mandado de cumprimento ao referido agente público com as advertências de que o não cumprimento de decisão judicial poderá implicar imediata transgressão penal, passível de ser apurada com a condução do infrator à autoridade policial para lavratura do procedimento estado de flagrância, sem esgotar a possibilidade desse ato atingir a esfera administrativa, por força do que dispõe o art. 11 da Lei nº 8.429/92. Conste do mandado o prazo de 05 dias para que o agente público concitado informe a este juízo o cumprimento da medida judicial, com o pagamento da diferença relacionada ao código 204. Intime-se. Recife, 26 de fevereiro de 2008. JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA. Juiz de Direito."

Desta decisão foi interposto agravo de instrumento (tombado sob o número 167.779-8, distribuído para a Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello) pelos executados, ao qual negou-se provimento, mantida a integralidade de seus termos, tendo a Douta Oitava Câmara desta Corte repelido o recurso do DER-PE e da FUNAPE ao argumento de que "os agravantes pretendiam desconstituir o conteúdo material de decisões anteriores, já preclusas, porquanto não impugnadas na época e na forma processual própria.", atitude este que, consoante já demonstrado foi perpetuada na presente demanda.

Posteriormente, em novembro de 2009, **enfim**, foi proferida a decisão objeto da presente insurgência, através da qual o MM. Juiz de 1º Grau determinou à FUNAPE a retificação do valor do código 204, de modo a fazer constar o montante de R\$4.615,55 (quatro mil, seiscentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos), a partir de setembro de 2006, bem como impôs que se promovesse o pagamento das diferenças apuradas em decorrência do erro cometido, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso.

Frise-se que o Magistrado, ao exarar o *decisum* agravado, fê-lo com fundamento na Lei Complementar nº 13/95, mais precisamente no seu artigo 6º que dispõe, *in verbis*, que "o adicional de estabilidade financeira percebido por servidores ativos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

inativos constitui-se em parcela autônoma incorporada a remuneração do servidor, devendo ser expressa em código próprio e convertida monetariamente, pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994.” e não aos valores correspondentes a novembro de 1994, como equivocadamente calculado pela FUNAPE.

Os agravantes, advirta-se, não obstante aleguem que o montante de R\$ 4.615,55 (quatro mil, seiscentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos) foi exorbitante, não produziram prova nesse sentido, tampouco teceram argumentos hábeis a afastar a aplicabilidade ao caso em epígrafe do referido artigo 6º da LC nº 13/95 e os cálculos elaborados pelo exequente/agravado por ocasião da formulação do pedido de correção do valor que lhe vinha sendo pago relativamente ao código 204 (fl. 89 dos autos em apenso), abaixo transcritos:

•NOVEMBRO/94

CODIGO 200	VENCIMENTO CC	172,77	PROPORCIONAL
CÓDIGO 204	ESTABILIDADE FINANCEIRA REPRESENTAÇÃO QINQUENIOS (5) INCENTIVO 120% SOMA	172,77 43,19 207,32 423,28	30/35
CÓDIGO 204	VALOR INTEGRAL	423,28	362,47

•DEZEMBRO/94 - RECÁLCULO

CODIGO 200	VENCIMENTO CE	417,82	PROPORCIONAL
CÓDIGO 204	ESTABILIDADE FINANCEIRA REPRESENTAÇÃO QINQUENIOS (5) INCENTIVO 120% SOMA	172,77 43,19 501,38 717,34	30/35
CÓDIGO 204	VALOR INTEGRAL	717,34	614,52

NOV/94 REDUZ O CÓDIGO 204 AB INITIO DE $614,52/362,47 = 1,6953679$ (FATOR)
CÓDIGO 204: $2.722,44 \times 1,6953679 = R\$ 4.615,55$ (NOVO VALOR).

Não merece reforma, pois, ao menos a um juízo prefacial, a decisão do Magistrado *a quo* e, por conseguinte, voto pelo não provimento do presente recurso.

Recife, 20 de MAI de 2011

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator